

DESIGUALDADE MENSTRUAL: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE DE GÊNERO

MENSTRUAL INEQUALITY: A RIGHTS ISSUE HUMANS AND GENDER EQUALITY

¹SANTOS, I. B.; ²ARANTES, J. L. M.; ³OLIVEIRA, K. C.; ⁴PAULINO, L. M.;

⁵ARANTES, L. G. M.; ⁶SANTOS, T.B.; ⁷KALEMPA, T. A.; ⁸NAMBU, M. M.

¹⁻⁷Discentes do Departamento de Ciências Farmacêuticas

Unifio- Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos

⁸Docente do Departamento de Ciências Farmacêuticas - Unifio- Centro

Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos

RESUMO

A desigualdade menstrual é uma questão que atinge a vida de muitas mulheres em todo o mundo, resultado da falta de acesso a produtos menstruais adequados, da falta de saneamento básico e em situações de pobreza. A busca por referenciais teóricos nesta revisão de literatura narrativa ocorreu por conduta livre. No Brasil, em média 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiros ou chuveiros em seu domicílio e mais de 4 milhões não tem acesso a itens mínimos de cuidados menstruais. Diante das diferentes abordagens sobre os temas relacionados a desigualdade menstrual, direitos humanos e igualdade de gênero, tiveram como propósito discutir a importância de cada um desses tópicos, perante a sociedade, proporcionando e ampliando o sobre a menstruação e os direitos individuais e coletivos.

Palavras-chave: Dignidade; Menstruação; Pobreza; Saúde; Gênero.

ABSTRACT

Menstrual inequality is an issue that affects the lives of many women worldwide, resulting from a lack of access to adequate menstrual products, basic sanitation, and situations of poverty. The search for theoretical references in this narrative literature review was conducted freely. In Brazil, on average, 713,000 girls live without access to bathrooms or showers in their homes, and more than 4 million lack access to basic menstrual care items. Given the various approaches to topics related to menstrual inequality, human rights, and gender equality, the purpose was to discuss the importance of each of these topics within society, providing insight and expanding awareness about menstruation and individual and collective rights.

Keywords: Dignity; Menstruation; Poverty; Health; Gender.

INTRODUÇÃO

A desigualdade menstrual é uma questão que atinge a vida de muitas mulheres em todo o mundo, resultado da falta de acesso a produtos menstruais adequados, da falta de saneamento básico e em situações de pobreza.

Infelizmente, não se observa a situação de mulheres que vivem em tais condições de vulnerabilidade e até desconhecimento do próprio corpo, lembrando que o desconhecimento sobre saúde menstrual pode afetar mesmo pessoas que não estão em situação socioeconômica desfavorável (SOMMER, 2016; UNICEF, 2021).

A pobreza menstrual, além de afetar a saúde física e psíquica de várias pessoas, também intensifica a desigualdade de gênero. O silêncio e o estigma sobre o tema fazem com que não esteja entre as prioridades dos governos, expondo assim vulnerabilidades econômicas de pessoas que menstruam por meio de insatisfação e condições insalubres na dignidade (BRITO,2021).

O ciclo menstrual é abordado, mas pouco se fala sobre o tabu, a falta de acesso às condições dignas do período menstrual e aos inúmeros desafios de acessos a direitos de insumos de saúde, que impactam negativamente na trajetória educacional e profissional desses direitos, tornando-se um problema multidimensional que exige uma abordagem multidisciplinar, visando solucionar os problemas decorrentes da não garantia dos direitos humanos. Para combater esse problema, é necessário garantir que todas as pessoas que possuem útero e menstruam tenham acesso a produtos menstruais adequados e acesso à educação sobre saúde menstrual (UNICEF,2021).

Considerando que a pobreza menstrual possui uma enorme complexidade, buscou-se discutir diferentes contextos relacionados à desigualdade menstrual, pela perspectiva dos direitos humanos e igualdade de gênero.

METODOLOGIA

A busca por referenciais teóricos nesta revisão de literatura narrativa ocorreu por conduta livre, utilizando basicamente a plataforma *Scientific Eletronic Library online* (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde Brasil (BVS) e artigos de especialistas utilizando as palavras chaves: Dignidade, menstruação, pobreza, saúde e gênero. O rigor metodológico não faz parte da tipologia da metodologia escolhida, no entanto, aporte teórico da pesquisa o justifica.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, em média 713 mil meninas vivem sem acesso a banheiros ou chuveiros em seu domicílio e mais de 4 milhões não tem acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas, isso inclui falta de acessos a absorventes e instalações básicas nas escolas, como banheiros e sabonetes (UNICEF, 2021).

A falta do absorvente não é o único fator a caracterizar a pobreza menstrual, mas a dificuldade de acesso à água, banheiros, bem como as precárias condições sanitárias pela total ausência de saneamento básico, torna árdua e, muitas vezes,

impossível, a tarefa de manter a higienização do corpo nesse período, deixando ainda mais vulnerável essas pessoas a doenças de ordem física e emocional.

Embora a menstruação faça referência apenas a identidade da mulher cisgênero, homens trans, e pessoas não-binárias também menstruam, pois a menstruação é um ciclo biológico natural que não está relacionado com o gênero. O princípio de Butler (2003), que menciona “gosto muito da ideia de que o oposto da masculinidade não seja necessariamente a feminilidade” esse ponto de vista se torna necessário para discutir aspectos da menstruação, considerando que não são todas as mulheres que menstruam e nem toda pessoa que menstrua é mulher.

Segundo a UNICEF (2021), é direito que todos tenham “acesso a produtos menstruais adequados e acesso à educação sobre saúde menstrual”. afinal é algo biológico de “pessoas com útero” e não “coisa de mulher”; sendo assim é direito que todos tenham acesso a informação clara e inclusiva. Não se pode deixar de citar, essencialmente que traz a Constituição Federal, que assim descreve em seu Artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] (BRASIL, 1988).

A partir da citação “pessoas com útero”, vale ressaltar que não buscamos um gênero neutro, mas sim acrescentar a diversidade de gêneros existentes, sem ignorar a trajetória da mulher com identidade cisgênero, e sim incluir uma existência fora dos padrões binários que também suportaram a perseguição e domesticação do corpo através de séculos (BUTLER, 2003). A pobreza menstrual fere vários direitos, sendo um retrato da desigualdade social, evidenciando a falta de acesso a itens básicos à higiene pessoal como a água tratada e ressaltando a desigualdade de gênero. (ASSAD, 2021).

Conforme o conceito de "Banalidade do Mal", redigido pela filósofa Hannah Arendt (1999), quando uma atitude hostil ocorre constantemente, a sociedade passa a vê-la como banal. Desse modo, isso evidencia a irracionalidade em relação à desigualdade menstrual, configurados a trivialidade da maldade, que para Arendt, ocorre quando à falta de reflexão sobre os males ao redor dos indivíduos.

Percebe-se que a população normalizou o preconceito tanto com a mulher cisgênero, quanto com homens trans e pessoas não binárias de tal forma que algo que deveria ser natural se tornou algo vergonhoso e de motivo de chacota, o que não deveria ser aceito pela sociedade e nem pelo estado. Sendo assim, o ato biológico de menstruar pode desencadear mais um motivo de desigualdade de oportunidades entre os gêneros (LIMA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das diferentes abordagens sobre os temas relacionados a desigualdade menstrual, direitos humanos e igualdade de gênero, tiveram como propósito discutir a importância de cada um desses tópicos, perante a sociedade, proporcionando e ampliando o arcabouço de conhecimento sobre a menstruação e os direitos individuais e coletivos.

Assim, Faz-se necessário a criação de campanhas educativas que visem retificar os problemas causados pela desigualdade menstrual e conseqüentemente de gênero, visando a redução do tabu ainda enraizado na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 mai. 2023.

BRITO, **Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para mulheres e meninas**. SEI/UFG - 2131235 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI). 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19809>. Acesso em: 01 de abril de 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, P. O que é pobreza menstrual e porque ela afasta estudantes da escola. *In*: Senado Federal. **Agência Senado**. Brasília, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>. Acesso em: 2 mai. 2023.

SOMMER, M. **Menstruação e higiene menstrual em meninas adolescentes em países de baixa renda: uma revisão das evidências**. Relatório encomendado pela WaterAid. 2016. Disponível em: UNICEF. Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdades e Violações de Direitos. UNICEF.2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 10 mar.2023.